

**EPISTEMOLOGIA E INSTRUMENTALIZAÇÃO DOS ESTUDOS  
INTERDISCIPLINARES: UM ITINERÁRIO SOBRE CIÊNCIA, METODOLOGIA  
E PERSPECTIVA FEMINISTA NA PESQUISA**



<https://doi.org/10.56238/arev6n1-021>

**Data de submissão:** 27/08/2024

**Data de Publicação:** 27/09/2024

**Sheila Cibele Kruger Carvalho**

Mestranda em Direitos Humanos no Programa de Pós-graduação em Direito da UNIJUÍ  
Bolsista CAPES  
Integrante do Grupo de Pesquisa Biopolítica e Direitos Humanos  
Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil

**Victoria Saviano Pedrazzi**

Mestranda em Direitos Humanos no Programa de Pós-graduação em Direito da UNIJUÍ  
Bolsista CAPES  
Integrante do Grupo de Pesquisa Biopolítica e Direitos Humanos  
Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil  
Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil  
E-mail: pedrazzivictoria@gmail.com

**Joice Graciele Nielsson**

Doutora em Direito (UNISINOS)  
Estágio Pós-doutoral em Direito pela Università degli Studi "G. d'Annunzio" - Chieti - Pescara  
(2024)  
Professora-Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Direito  
Mestrado e Doutorado em Direitos Humanos - e do Curso de Graduação em Direito da Universidade  
Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

**Ana Luísa Dessoy Weiler**

Doutoranda e Mestra em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em  
Direito da Unijuí  
Bolsista CAPES/PDPG Políticas Afirmativas e Diversidade Edital 17/2023  
E-mail: anadessoyweiler@hotmail.com

**Mariana Emília Bandeira**

Mestranda em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Direito da  
UNIJUÍ  
Bolsista CAPES/PDPG Alteridade na Pós-Graduação  
Integrante do Projeto de Pesquisa "Biopolítica e Direitos Humanos"  
E-mail: marianaebandeira@gmail.com

---

## RESUMO

A influência positivista e cartesiana sobre o que hoje conhecemos como ciência determina uma compartimentalização do saber que pode ser obstáculo aos estudos da sociedade complexa. Nesse sentido, trabalhos interdisciplinares mostram-se opções para a construção de um conhecimento que não apenas reflita a realidade, mas que sirva para a construção de uma sociedade melhor. A

interdisciplinaridade, entretanto, precisa estar conectada a um rigor metodológico que garanta a cientificidade do conhecimento edificado. Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo traçar um itinerário teórico hipotético-dedutivo a respeito das múltiplas possibilidades de um trabalho interdisciplinar, que envolvem a superação da compartimentalização do saber construída a partir de uma epistemologia obsoleta, em direção de uma ciência com perspectiva objetiva, que vem a ser ilustrada a partir dos estudos feministas.

**Palavras-chave:** Ciência, Estudos Interdisciplinares, Epistemologias feministas.

## 1 INTRODUÇÃO

Algumas discussões culturais classicamente são compartimentalizadas entre as áreas do saber. Embora tenha servido ao desenvolvimento do método científico, a compartimentalização do saber apresentou-se como um possível entrave na discussão de problemas complexos da sociedade. Essa questão emergiu juntamente com as discussões a respeito da suposta neutralidade da ciência e da metodologia da pesquisa científica, desvelando perspectivas críticas acerca da clássica postura cartesiana e pós-positivista.

Assim, devido à sua complexidade, muitas questões da sociedade atravessam a barreira da compartimentalização do saber. No sentido de contemplar a convergência dos saberes para o estudo de questões complexas da sociedade, trabalhos interdisciplinares tomam assento. Entretanto, trabalhos que transitam por áreas de conhecimento diversas necessitam estar metodologicamente bem posicionados, e esse posicionamento pode não ser tão claro a cada uma das áreas individualmente. O ofício de apresentar um trabalho interdisciplinar exige um embasamento teórico sólido (Morin, 2001).

No sentido de refletir sobre as condições epistemológicas e metodológicas a partir das quais se pode edificar um trabalho interdisciplinar que possibilite a análise pelas várias áreas do conhecimento, o presente trabalho tem por objetivo revelar as múltiplas possibilidades da interdisciplinaridade para o enriquecimento do conhecimento científico produzido, especialmente sob a perspectiva feminista. Assim, o trabalho começa com uma reflexão a respeito de como o que chamamos hoje de ciência partiu da compartimentalização do saber e da dissociação entre sujeito e objeto de pesquisa durante o surgimento do método científico que, embora tenha servido ao rigor científico, hoje pode obstaculizar a troca interdisciplinar para a compreensão do próprio conhecimento produzido. A seguir, o próximo tópico trata de como enfrentar os possíveis entraves metodológicos de um trabalho interdisciplinar, de forma que as ciências dialoguem entre si, influenciem a produção de conhecimento umas das outras, mas também mantenham o rigor metodológico que, afinal, configura a produção de conhecimento. Por fim, o terceiro tópico, o trabalho disserta sobre a função da epistemologia feminista no estudo das questões que tratam sobre as mulheres. Esta sessão tratará da transição de uma ciência hegemônica masculinista, suposta e enganosamente neutra e objetiva, para a proposição de uma epistemologia feminista que reconhece como objetividade a assunção da perspectiva exata de onde está sendo produzida - a perspectiva feminista. A construção do artigo é da ordem teórica hermenêutica, realizada pelo método hipotético-dedutivo, a partir de pesquisas bibliográficas a respeito do tema.

## 2 DA COMPARTIMENTALIZAÇÃO DO SABER PARA A INTERDISCIPLINARIDADE

O pensamento científico positivista que influencia a comunidade científica até hoje consolidou-se através de um programa filosófico conhecido como positivismo lógico, filosofia que nasceu no famoso “Círculo de Viena”. Tal filosofia científica tratou da exigência quase obsessiva da observação na constituição da ciência (Dittrich, 2009), criando uma questão relacionada ao que seria o conhecimento científico. Para os positivistas lógicos, a ciência deveria refletir apenas o que é observável e verificável (Morin, 2001).

Assim constituiu-se a tradição científica ocidental, sob a influência racionalista cartesiana e positivista lógica. Como essa formação paradigmática teve origem na desconexão entre ciência e filosofia, as humanidades e ciências sociais ficaram à margem do método científico experimental, suscitando discussões sobre sua participação na ciência. Por outro lado, a própria ciência cartesiana positivista lógica passou a ser alvo de questionamentos quanto ao pragmatismo de sua objetividade e à confiabilidade da aclamada neutralidade, num movimento que caminha para um reencontro entre as humanidades, as ciências sociais e as ciências naturais.

Boaventura Santos (1987) coloca essa questão a respeito de uma suposta dicotomia entre ciências naturais e ciências sociais (Santos, 1987), que aloca os conceitos de ser humano, cultura e sociedade em uma visão mecanicista da natureza e da matéria. Para o autor, é necessário introduzir a consciência no próprio objeto do conhecimento, transformando, assim, a relação sujeito/objeto do conhecimento. Desta forma, emerge um outro paradigma do conhecimento, que tende a superar as distinções que antes pareciam óbvias, como “natureza/cultura, natural/artificial, vivo/inanimado, mente/matéria, observador/observado, subjetivo/objetivo, coletivo/individual, animal/pessoa” (Santos, 1987, p. 40). Segundo esse novo paradigma, as condições epistemológicas e metodológicas do conhecimento científico e social são reconceitualizadas, no sentido de identificar a cientificidade antes obstaculizada em relação às ciências sociais. E à medida que as ciências naturais e as ciências sociais se aproximam, aquelas se vêem investidas das humanidades. A superação dessa dicotomia aponta para uma revalorização dos estudos humanísticos nas ciências (Santos, 1987). Para Brandão (2024), a busca por essa interdisciplinaridade é a busca pela redescoberta do homem, do sujeito.

Desta forma, ao invés de admitir que haja uma dicotomia entre ciências sociais e ciências da saúde, torna-se mais lógico assumir sua complementaridade. Para Morin (2001), a ciência também deriva da sociologia. É preciso ver a comunidade científica como uma comunidade unida por princípios epistemológicos em comum, segundo os quais se possa ter um conhecimento criticamente objetivo, que possa ser verificado e testado por meio da atividade de investigação e pesquisa.

Porém, a ciência não é só isso. Antes, está constantemente sob efeito de manipulações e práticas de poder, ainda que mantendo sua dimensão cognitiva. A ideia de que o conhecimento científico é um reflexo puro da realidade é ingênua, assim como a ideia de que a certeza teórica é a certeza absoluta, infalível (Morin, 2001). Por isso, o autor também conclui pela necessidade de romper o isolamento e a compartimentalização da ciência.

Os problemas científicos também são problemas filosóficos, pois são “os da natureza, da mente, do determinismo, do acaso, da realidade, do desconhecido.” (Morin, 2001, p. 94). Os problemas científicos são filosóficos porque dizem respeito a todas as pessoas. Eles tornam necessária a comunicação entre cultura científica e cultura humanística, e a comunicação da ciência com a cultura dos cidadãos. Tornam necessária a busca por interdisciplinaridade (Morin, 2001).

Max Weber foi o precursor dessa posição ao situar as investigações científicas das humanidades entre o positivismo e o historicismo do seu tempo. Outros autores, como Kauffmann, dão continuidade a essa postura metodológica, que situa as ciências sociais entre o empirismo lógico do Círculo de Viena e a fenomenologia de Husserl. Entretanto, embora Weber tenha se esforçado pelo diálogo entre a metodologia das ciências da natureza e as ciências sociais, até hoje esse dualismo metodológico permanece nas abordagens dialéticas e hermenêuticas das ciências sociais (Oliveira Filho, 1995).

No século passado, as distinções entre ciências da natureza e ciências do espírito (Geisteswissenschaften), ou da cultura, ciências nomotéticas e ideográficas, marcaram o início da concepção dualista em epistemologia (diferenças de conhecimento), metodologia (diferenças de métodos) e ontologia (diferenças quanto à natureza dos objetos). (Oliveira Filho, 1995, p. 112)

O dualismo entre ciências sociais e ciências da natureza reserva às últimas o campo das investigações empíricas e positivistas. Embora facilite certos reducionismos, “também dificulta os contatos com as metodologias das ciências naturais de modo adequado, através de um diálogo crítico” (Oliveira Filho, 1995, p. 113).

Por um lado, o positivismo serviu à ascensão da cientificidade, com seus princípios - os quais aplicados às ciências naturais, é verdade - de observação, verificação e experimentação. Em termos metodológicos, foi a primeira identidade da ciência, responsável inclusive pela busca inicial de uma adequação da matriz positivista para as ciências sociais. Os princípios das supostas neutralidade e objetividade científicas forneciam uma ideia de que os fenômenos pudessem ser estudados separadamente dos sujeitos de pesquisa e do pesquisador. E embora, quando aplicados a alguns contextos mais reducionistas, esses princípios estiveram bem maquiados de verdade, dentro das ciências sociais eles logo mostraram-se um engodo. Outras matrizes filosóficas, como a perspectiva

construtivista procuraram abarcar a complexidade dos estudos que envolvem pessoas e comportamentos, por meio do reconhecimento de seus lugares como parte da pesquisa.

Em relação ao construtivismo, ou construtivismo social, o mesmo agrupa sob seu rótulo diferentes pontos de partida, como a tradição de Piaget, o construtivismo radical, o construtivismo social, e a sociologia construtivista. O que há em comum entre essas posturas é “que elas analisam a relação com a realidade ao tratarem dos processos construtivistas em suas abordagens” (Flick, 2009, p. 79). Assim, não é possível afirmar que o construtivismo seja um programa unificado, mas sim uma direção que orienta as pesquisas na abordagem das realidades, uma vez que “as realidades que estudamos são produtos sociais de atores, de interações e de instituições” (Flick, 2009, p. 80).

Para Flick (2009), a gênese do conhecimento e suas funções podem ser descritos de um ponto de vista construcionista, uma vez que todo o conhecimento sobre o mundo envolve construtos, ou seja “um conjunto de abstrações, e generalizações, de formalizações e de ideações, específico para o nível adequado da organização do pensamento” (Schutz, 1962 apud Flick, 2009, p. 80). Os próprios atos e métodos relativos à pesquisa fazem parte dessas construções sociais daquilo que constitui a pesquisa, assim como os atos constitutivos da escrita para aquilo que constitui as esferas em estudo (Flick, 2009).

A distinção entre positivismo e construtivismo supostamente propõe-se a apontar distinções entre pesquisas qualitativas e ciências naturais (ou as pesquisas produzidas pelas ciências sociais segundo os parâmetros das ciências naturais) (Flick, 2009). No entanto, constituem-se perspectivas filosóficas a respeito da mesma questão: fazer ciência. A compreensão das diferentes perspectivas filosóficas que norteiam a investigação científica em cada área do conhecimento contribui não apenas para a compreensão da ciência como um todo, mas também para um diálogo que possibilite a construção do conhecimento que se aproxima da verdade e que contribui para a melhoria da vida das pessoas. O diálogo também proporciona a influência de uma perspectiva sobre outra, como é o caso das pesquisas qualitativas sob a discussão epistemológica construtivista. Assim, a aproximação das ciências naturais e das humanidades aponta para a direção transdisciplinar que engrandece a produção do conhecimento.

Neste momento, é importante pontuar a distinção conceitual entre multidisciplinaridade, que é a variedade de disciplinas estudando acerca de um objeto, e a transdisciplinaridade e a interdisciplinaridade. Essas últimas vêm a superar a multidisciplinaridade, no momento em que se fazem diálogos, e esses diálogos influenciam os diferentes campos do saber científico, tornando oportuno e útil a análise isomórfica entre as diferentes áreas do conhecimento. A maioria das ciências vem adotando a perspectiva sistêmica, de forma a relacionar-se com outros campos do saber científico (Vieira; Clemente; Dias; Franca Filho, 2017).

Por fim, podemos perceber que a hierarquização da veracidade do conhecimento científico entre campos supostamente dicotômicos, como as ciências da saúde e as humanidades, muitas vezes pode corresponder a uma confusão metodológica e conceitual, proveniente do desconhecimento das posturas filosóficas não cartesianas e não positivistas. Ao contrário, a correta compreensão das matrizes filosóficas e da aplicabilidade de cada corrente possibilita diálogos e trocas entre os diversos campos do saber, numa interação transdisciplinar que contribui para a produção de um conhecimento que contribua de forma material para a melhoria da vida das pessoas.

Corroborando todos esses postulados, está a perspectiva científica feminista, surgindo como questionamento da fundamentação teórica na prática da pesquisa, tanto por desafiar as “normalidades” e rotinas estudadas quanto por desafiar a prática da pesquisa em si (Flick, 2009). A crítica e a perspectiva feminista na pesquisa ocupam o próximo item desse trabalho.

### **3 OBJETIVIDADE E PERSPECTIVA NOS ESTUDOS FEMINISTAS**

A perspectiva individualista do sujeito cartesiano descorporificado é alterada a partir da década de 70, quando se passa a considerar a importância do conhecimento socialmente construído. Nesse sentido, Ketzer (2017) coloca que a epistemologia feminista surge com o intuito de investigar o papel do gênero nas atividades epistêmicas, considerando que as questões de gênero influenciam a produção científica teórica e empírica. A pesquisa feminista reivindica o corpo, “descorporificado” por Descartes (Ketzer, 2017).

Assim, os estudos feministas e de gênero despontam como uma crítica à ciência social e à pesquisa em geral, que acompanhavam o passo da dominância masculina, ignorando particularidades a respeito da vida das mulheres. A pesquisa feminista busca a construção de uma nova epistemologia dentro da produção do conhecimento. Nas palavras da autora (Ketzer, 2017, p. 98), conceitos centrais que pautaram as discussões sobre o conhecimento e a ciência foram construídos com base em estereótipos de gênero, de modo que a “Epistemologia Feminista questiona esses conceitos e se pergunta se uma revisão conceitual bloquearia movimentos sexistas na produção do conhecimento”, através de questionamentos como: “Quais problemas decorrem do privilegiamento de um sujeito universal masculino? Existiria uma maneira radicalmente diferente da masculina de produzir ciência? Seria interessante salientar diferenças entre os sexos dotando-as de uma força explicativa universal?” (Ketzer, 2017, p. 98)

Nas palavras de Donna Haraway (2019, p. 177), as dicotomias entre mente e corpo, animal e humano, organismo e máquina, público e privado, natureza e cultura, homens e mulheres, primitivo e civilizado estão, “todas, ideologicamente em questão. A situação real das mulheres é definida por sua

integração/exploração em um sistema mundial de produção/reprodução e comunicação.” É na defesa de uma implosão das fronteiras, dos binarismos, que reproduzem acriticamente demarcações de identidades e ontologias, que a autora situa sua defesa dos saberes localizados e de uma nova política ciborgue.

O objetivo maior de pensar uma epistemologia feminista na ciência é produzir um conhecimento que seja não apenas *sobre* as mulheres, mas que seja capaz de atender aos seus interesses emancipatórios. Ela também vem no sentido de requerer uma autoridade sobre o saber, a partir do reconhecimento de uma ciência até então nada neutra, mas sim produzida a partir de uma visão masculinista. Dentro da agenda feminista, a crítica à ciência avança para além de requerer a participação numérica de mulheres no mundo das ciências, também aponta o questionamento dos seus próprios métodos e pressupostos básicos (Sardenberg, 2007).

Sardenberg (2007) defende que, para um projeto político e científico feminista nas ciências sociais e humanas, uma das primeiras desconstruções necessárias é a das raízes filosóficas iluministas quanto à questão da neutralidade e objetividade do conhecimento científico. Toda ciência foi produzida a partir de algum lugar, por algumas pessoas, e esses lugares e pessoas indicam posições de determinado tipo de poder. Nesse sentido, Haraway (1995) afirma que “todas as fronteiras internas-externas do conhecimento são teorizadas como movimentos de poder, não movimentos em direção à verdade” (p.9), tornando a neutralidade científica absoluta uma falácia que deve ser considerada na análise do conhecimento produzido.

Foram as feministas da segunda onda que se depararam com o viés androcêntrico das teorias tradicionais, identificando desde a visão e representação distorcida das mulheres até a completa exclusão do feminino. Harding (2019) exemplifica algumas posições sexistas nas ciências sociais, evidenciando que neste campo, as lentes dos estereótipos de gênero nas disciplinas levaram a natureza e as atividades das mulheres a serem “ignoradas como naturais ou mal-descritas. Diferenças presumidamente dos sexos foram reexaminadas a partir de estudos empíricos que identificaram que a normatividade das relações sociais foi o que criou a forma supostamente ‘natural’ do cotidiano das mulheres”<sup>1</sup> (Harding, 2019, p. 145)

---

<sup>1</sup> Como exemplo, a autora indica que “as atividades de “coleta diárias das mulheres” se mostraram como o principal recurso econômico para todos, os recursos diários de tais sociedades consistiram primariamente em sementes, frutos, folhagens, raízes e pequenos mamíferos e pássaros capturados pelas mulheres. Antropólogos defenderam que a contribuição econômica da “caça dos homens” era relativamente infrequente e não garantiam as fontes diárias de sustento. As mulheres, não os homens, eram as principais “ganhadoras do pão” nas sociedades de coletores-caçadores. Economistas se dedicaram a desafiar a maneira como o “trabalho” foi conceituado de tal forma que os trabalhos de meio período, temporários e sazonais, suas manufaturas e serviços feitos em casa, o trabalho doméstico, o “trabalho de cuidar” das crianças, de parentes e outros dependentes, o trabalho sexual e o trabalho voluntário não contassem como trabalho” (Harding, 2019, p. 145)



Já no âmbito das ciências naturais, muitas vezes os corpos das mulheres foram estudados sem considerar suas diferenças em relação aos homens (Harding, 2019). Desta forma, é possível concluir que a neutralidade valorativa da ciência é uma falácia (Harding, 2019). Não existe tal ciência isenta e neutra, e todo o conhecimento tem uma perspectiva a partir da qual é produzido. Ketzer (2017) concorda que:

Podemos perceber que os conceitos definidores do que é ciência e, inclusive, metodologias utilizadas para o desenvolvimento de pesquisas científicas excluem as mulheres do processo, sendo excessivamente masculinistas. A partir disso, nota-se a necessidade de pensar, além de uma epistemologia feminista que questione e reformule os conceitos de racionalidade, objetividade, dentre outros, também uma metodologia feminista que evite resultados enviesados. (Ketzer, 2017, p. 103)

Entretanto, uma vez identificadas as posições e práticas sexistas e androcêntricas que moldaram as investigações na biologia e nas ciências sociais, são necessários novos critérios de distinção para maximizar a objetividade na pesquisa (Harding, 2019). Embora o movimento feminista nas ciências concorde em relação à neutralidade ilusória dos saberes construídos num ambiente androcêntrico, quanto às estratégias epistemológicas que poderiam construir um saber feminista, os debates são mais acalorados (Sardenberg, 2007). Tais discussões chegaram ao ponto de algumas vozes levantarem-se, na década de 1970, solicitando o abandono do ideal de objetividade nas ciências (Harding, 2019).

A esse respeito, Haraway (1995) lembra que essa crítica à objetividade nos estudos feministas representa uma dicotomia, no sentido de que faz parte de uma crítica à ciência, cujo polo mais extremista apresenta essa tentação de refutar qualquer tipo de versão desse movimento teorizado por interesses de poder. Porém, a crítica à objetividade científica também existe porque ameaça a atuação histórica coletiva de um feminismo que reivindica o corpo, e que navega no sentimento da subjetividade. Assim, é necessário admitir que a tal objetividade científica descorporificada seja realmente uma falácia, sim, mas para a superação de tal dicotomia, a autora sugere não o abandono de qualquer ideal de objetividade, mas sim uma visão feminista da objetividade (Haraway, 1995).

Embora o programa construcionista tenha parecido promissor nesse sentido, por não reduzir as questões relativas ao enviesamento científico à oposição entre viés e objetividade, ou ciência versus pseudociência, ele não parece ter chegado a essa nova concepção da objetividade científica. Tal visão não constitui uma nova doutrina da objetividade, ou uma nova doutrina sobre o mundo, mas sim o uso das teorias críticas modernas a respeito de como significados e corpos são construídos, não para negar esses significados e corpos através da homogeneização, mas para assumir essas diferenças na construção de um conhecimento objetivo (Haraway, 1995).

A ciência sempre esteve implicada na busca pela universalidade: uma linguagem para todas as suas versões. Assim nas ciências naturais, nas ciências sociais e nas humanas. Essa é a fantasia da objetividade, a serviço do positivismo, que determina o que pode ou não ter validade como conhecimento. Entretanto, conforme se circula pelo terreno discursivo, percebe-se a ambiguidade dos termos ciência e objetividade. Por isso os debates a respeito são relevantes, para que se possa fazer uso de explicações confiáveis, que não fossem redutíveis ao que a autora chama de “arrogância científica, positivista” (Haraway, 1995, p. 17).

Portanto, é preciso parar de ter que escolher um lado entre o construtivismo radical e o empirismo crítico feminista. A autora sugere o uso da visão feminista como forma de construir uma doutrina utilizável da objetividade, por meio de uma escrita feminista, que vincule “o objetivo aos nossos instrumentos teóricos e políticos de modo a nomear onde estamos e onde não estamos, nas dimensões do espaço mental e físico que mal sabemos nomear” (Haraway, 1995, p. 21). Por meio dessa perspectiva, parcial, é que se pode esperar a promessa da visão objetiva, que abre e não que fecha. A objetividade feminista trata de assumir uma não divisão entre sujeito e objeto, mas sim de ser responsável pela sua visão, e de elaborada especificidade a respeito do ponto de vista. A autora chama isso de conhecimento corporificado e situado, que surge em resposta aos postulados não localizáveis, e, portanto, irresponsáveis (Haraway, 1995).

Obviamente, a objetividade da perspectiva parcial não se propõe a uma nova (e igualmente falsa) neutralidade. É preciso entender que as perspectivas parciais não são posições inocentes, mesmo quando são posições dos subjugados. “Ao contrário, elas são preferidas porque, em princípio, são as que têm menor probabilidade de permitir a negação do núcleo crítico e interpretativo de todo conhecimento” (Haraway, 1995, p. 23), porque apresentam perspectivas mais adequadas e objetivas, transformadoras do mundo, embora sejam ainda, visões parciais, porém de um lugar responsável. Assim, não é qualquer perspectiva parcial que se aplica. É necessária uma parcialidade reconhecida, autocrítica, e que busque a perspectiva dos pontos de vista que não podem ser conhecidos de antemão (Haraway, 1995).

O objeto perfeito, fetichizado, que às vezes aparece inclusive na teoria feminista, tampouco existe, pois não é possível estar simultaneamente ou inteiramente em todas as posições, incluindo as posições críticas. Por isso, posicionar-se é a base do conhecimento a partir da visão, é a forma de organizar o discurso científico e filosófico ocidental. Só pode ter vigência como conhecimento racional, seja nas ciências exatas, naturais, sociais ou humanas, o conhecimento admitido a partir de uma visão assumida, determinada por práticas e ordens sociais, modos de vida e práticas de visualização (Haraway, 1995):

“Como ver? De onde ver? Quais os limites da visão? Ver para quê? Ver com quem? Quem deve ter mais do que um ponto de vista? Nos olhos de quem se joga areia? Quem usa viseiras? Quem interpreta o campo visual? Qual outro poder sensorial desejamos cultivar além da visão?” (Haraway, 1995, p. 28)

A objetividade possível é corporificada e, portanto, responsável. Nas diversas críticas à visão científica empirista, reducionista ou mesmo à autoridade científica, a questão não é o relativismo do conhecimento produzido, mas sim a posição, a visão a partir da qual se produz um conhecimento. Esse posicionamento não invalida o conhecimento - apenas se a intenção for a da generalização - antes, torna-o ainda mais específico, portanto, mais objetivo e verdadeiro. É a objetividade produzida com responsabilidade (Haraway, 1995).

São nestes termos que Soares (2024) apresenta a proposta de uma objetividade feminista de Haraway diz respeito à corporificação situada e não a uma “falsa visão que promete transcendência de todos os limites e responsabilidades” (Haraway, 2009, p. 21), considerando corporificação não como uma materialidade fixa, mas, em referência direta ao seu ciborgue e a escrita e política ciborgue que habitam as fronteiras fraturadas da história do mundo. Deste modo,

Não queremos uma teoria de poderes inocentes para representar o mundo, na qual linguagens e corpos submerjam no êxtase da simbiose orgânica. Tampouco queremos teorizar o mundo, e muito menos agir nele, em termos de Sistemas Globais, mas precisamos de uma rede de conexões para a Terra, incluída a capacidade parcial de traduzir conhecimentos entre comunidades muito diferentes - e diferenciadas em termos de poder. Precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro (Haraway, 2009, p. 16).

Para Haraway (1995), a responsabilidade feminista precisa ser alinhada à reverberação, que abarca as diferenças, as tonalidades, as individualidades do corpo. A corporificação feminista, assim, não trata de um corpo fixo, único, mas de corpos e suas diferenças. Quando se trata de relatar a história do mundo, não é possível que a objetividade precise de uma visão fixa, única. A autora trata a visão como uma metáfora da tecnologia da epistemologia feminista, convidando a investigar além das aparências fixas, na situação na qual a alocação, o posicionamento e a parcialidade (a não universalidade) são as condições que determinam que um conhecimento seja racional. Mas acima de tudo, esse conhecimento racional não é descompromissado, pertencente a todos os lugares e ao mesmo tempo a nenhum. Antes, é um processo de interpretação crítica contínuo (Haraway, 1995).

Nas palavras de Soares (2024, p. 07), Haraway entende que “a grande sacada da leitura feminista da objetividade foi a de insistir na agência e autoria dos objetos, vistos historicamente como fatos passivos”. Este fato não eliminaria a importância dos fatos para a ciência, mas introduziria uma noção crítica sobre o modo como eles são fabricados pela ciência: como saberes localizados. “O sexo

e a natureza, ou seu substrato não discursivo: o corpo e o mundo, em seus termos, constituem exemplos que ela utiliza para demonstrar sua análise, uma vez que ambos foram marcados na história da ciência ocidental como objetos em relação aos seus pares binários: gênero e cultura” (Soares, 2024, p. 07), de modo que, Haraway não propõe uma inversão dos pares, mas uma conversa, uma análise responsável em que os posicionamentos - seus valores epistêmicos e alternativos - em relação a esses pares sejam igualmente justificados.

Nesse sentido, Harding (2019), apresenta o conceito de “objetividade forte”. Apesar da concepção de que objetividade é um conceito essencialmente controverso, a autora sugere que se possa extrair um núcleo compartilhado pelos diferentes sentidos, que é a ideia de que a pesquisa objetiva necessita ser justa com as evidências, com as objeções a ela e justa em relação à crítica. A fim de maximizar a objetividade, sugere a operacionalização através do uso de bons métodos de pesquisa. Tais ferramentas são aquelas capazes de identificar “valores sociais, interesses e pressupostos que os pesquisadores trazem para o processo de pesquisa” (Harding, 2019, p. 148). Além disso, sugere iniciar a pesquisa além de uma disciplina, além do quadro conceitual dominante sobre o objeto de pesquisa (Harding, 2019), o que remete novamente à interdisciplinaridade.

A abordagem que leva em conta a perspectiva se inicia com o claro reconhecimento da forma como a ciência é realmente praticada no mundo real. “Ela não parte de um ideal abstrato que tornaria a ciência perfeita” (Harding, 2019, p. 162). Além disso, visa identificar os principais problemas das práticas convencionais, suposta- e ilusoriamente- neutras, entre elas a homogeneização das comunidades acadêmicas, que resulta na reprodução de um tipo específico de pesquisa e produção de conhecimento. A proposta de objetividade forte, a partir de uma visão responsável fundamenta-se nas “melhores práticas”, ao invés de “um ideal abstrato imposto fora de tais práticas” (Harding, 2019, p. 162). Finalmente,

suas posições e práticas estão alinhadas com os insights do movimento de estudos sociais, da ciência e da tecnologia. Tais características tornam tal proposta simultaneamente uma metodologia, uma epistemologia, uma filosofia da ciência e uma sociologia do conhecimento. Por isso a proposta de objetividade forte e a abordagem das perspectivas encontram eco em tantas disciplinas (Harding, 2019, p.163).

Por fim, é preciso ressaltar que não existe uma suposta “ciência feminista” paralela ao campo das ciências. Todas as reflexões anteriormente apresentadas a respeito do que é ciência, da superação da dicotomia entre ciências da saúde e ciências sociais, do papel da interdisciplinaridade para uma melhor prática científica são itinerários de um percurso que leva necessariamente à epistemologia feminista, quando se fala na compreensão das questões relacionadas às mulheres e na produção de uma ciência que possa fazer diferença na vida delas. Nesse sentido, também Haraway (1995) recusa-se a

resolver as ambiguidades de não diferenciar o leque de contextos possíveis que podem se referir à “ciência”. A autora lembra que em todo campo de significados relacionados ao que seria a ciência, está a expectativa de fidelidade ao fornecer explicações de um mundo “real”, sem considerar, entretanto, o quão mediadas sejam essas explicações e o quão complexo e contraditório seja esse “mundo real”. Assim, insistindo na potência das suas lutas ideológicas, a autora prefere admitir um sentido na ciência como um todo (Haraway, 1995).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ainda, as considerações a respeito da perspectiva parcial e da objetividade responsável podem aparentar ter uma salvaguarda em relação às ciências sociais e humanas. Existe um pressuposto histórico de que os elementos sociais e culturais devam ser retirados da pesquisa, para que as áreas como física, química e biologia possam repercutir como “ciências puras”. Entretanto, é preciso entender que os processos desses estudos também são constituídos com sua ordem social (Harding, 2019).

Pensar uma metodologia que abarque a visão feminista, que busque suplantar relações de poder permeantes da produção do conhecimento, é assumir o contexto político da pesquisa (Ketzer, 2017). Obviamente, não é somente a pesquisa teórica que possui um contexto político. A pesquisa feminista enfoca a valorização política da pesquisa e o reconhecimento da necessidade de utilidade da mesma para a melhoria das condições de vida das mulheres (Ussher, 1999 apud Flick, 2009), “considerando a busca de justiça social para as mulheres como principal tema de investigação” (Ketzer, 2017, p. 103). Também procura uma reparação histórica, porque a construção do conhecimento atual aconteceu a partir de um ponto de vista dominante, que historicamente parece ter ignorado, no processo de pesquisa, experiências específicas, como as das mulheres (Ketzer, 2017).

Também é preciso reconhecer que as ciências naturais e as ciências sociais (e as ciências formais, como a matemática e a estatística, por exemplo), possuem características técnicas, metodológicas, lógicas e epistemológicas comuns, mas também diferenciadas (Oliveira Filho, 1995). Os métodos de validação de enunciados, de hipóteses e conclusões, e das operacionalizações são próprios de cada área do saber científico (Vieira; Clemente; Dias; Franca Filho, 2017) e embora adotando o diálogo de uma ciência com a outra, e reconhecendo a importância dessa interação transdisciplinar para a construção do que finalmente vem a ser “ciência”, é certo que a operacionalização, a construção das teorias e a geração das explicações científicas, causais e teleológicas são diversas.

Assim, metodologicamente, é preciso respeitar rigorosamente cada especificidade. A proposição de uma metodologia unificada torna-se inadequada e pode descambar para um ecletismo patológico, por meio do qual a utilização de “conceitos fora dos seus respectivos esquemas conceituais e sistemas teóricos” (Oliveira Filho, 1995, p.111), altera os significados desses conceitos, resultando em esvaziamento do discurso ao nível teórico e metateórico e inviabiliza a construção de um instrumental metodológico sólido (Oliveira Filho, 1995). Adotar a perspectiva epistemológica feminista, demarcar o lugar a partir do qual se pesquisa, assumindo uma visão responsável e objetiva, não significa abandonar o rigor metodológico inerente à técnica de operacionalização da pesquisa de cada área do conhecimento. Antes, significa avaliá-las com a mesma perspectiva epistemológica.

## REFERÊNCIAS

- BECKER, H. De que lado estamos? In: BECKER, Howard (Org.). Uma teoria da ação coletiva. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. p. 122-136.
- BOAS, Franz. Método de pesquisa em antropologia. Trad. José Carlos Pereira. São Paulo: Contexto, 2023.
- BOTO, Carlota. Instrução pública e projeto civilizador: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola. In: SBITTAR, Eduardo C. B. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- BRAGA, Marco; GUERRA, Andreia; REIS, José Claudio. Breve história da ciência moderna: v. 4: a belle-époque da ciência (séc. XIX). Breve história da ciência moderna, v. 4, p. 185, 2008.
- BRANDÃO, Jack. Interdisciplinarity: in search of the human whole. Lumen et virtus: Revista Interdisciplinar de cultura e imagem, n. 37, v. XV, jan./jun. 2024. ISSN 2177-2789.
- BRESSIANI, Nathalie. Redistribuição e reconhecimento: Nancy Fraser entre Jürgen Habermas e Axel Honneth. Caderno CRH, v. 24, p. 331-352, 2011.
- CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto. 5. ed. Trad. Sandra Maria Mallam da Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2021.
- DEMO, Pedro. Pesquisa e informação qualitativa. Campinas, SP: Papyrus, 2001.
- DINIZ, Débora; FOLTRAN, Paula. Gênero e feminismo no Brasil: uma análise da Revista Estudos Feministas. Revista Estudos Feministas, v. 12, p. 245-253, 2004.
- DITTRICH, Alexandre et al. Sobre a observação enquanto procedimento metodológico na análise do comportamento: positivismo lógico, operacionismo e behaviorismo radical. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 25, p. 179-187, 2009.
- FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. Trad. Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 157-210.
- HARDING, Sandra. Objetividade mais forte para ciências exercidas a partir de baixo. Em Construção: arquivos de epistemologia histórica e estudos de ciência, n. 5, 2019.
- KETZER, Patricia. Como pensar uma epistemologia feminista? Surgimento, repercussões e problematizações. Argumentos, ano 9, n. 18, Fortaleza, jul./dez. 2017. Disponível em: <2017\_art\_pketzer.pdf (ufc.br)>. Acesso em: 11 ago. 2024.
- MORIN, Edgar. Ciência com consciência. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

OLIVEIRA FILHO, José Jeremias Jeremias de. Teoria das explicações científicas, regras metodológicas e a metodologia das ciências sociais. *Plural*, v. 2, p. 109-117, 1995. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs.1995.68046. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/68046>. Acesso em: 9 ago. 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre ciências. Porto: Edições Afrontamento, 1987.

SARDENBERG, Cecília. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? *Labrys: Estudos Feministas*, v. 11, n. 1, p. 45-62, 2007.

SOARES, M. H. S. Donna Haraway e a implosão do projeto moderno de ciência. *Revista Estudos Feministas*, v. 32, n. 2, e93449, 2024. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2024v32n293449>.

VIEIRA, Américo Augusto Nogueira et al. Metodologia científica no Brasil: ensino e interdisciplinariedade. *Educação & Realidade*, v. 42, n. 1, p. 237-260, jan./mar. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623654484>.